

## **SOBRE O SURGIMENTO DOS INTELECTUAIS: REPERCUSSÃO DO AFFAIRE DREYFUS NA IMPRENSA MINEIRA**

BRUNO BONTEMPI JR.\*

CAROLINA MOSTARO NEVES DA SILVA†

Nos últimos anos, várias pesquisas historiográficas vêm se ocupando do pensamento e da ação de homens públicos, como políticos, escritores e jornalistas. Em muitos casos, usa-se o termo “intelectual” para definir essas personagens, assim como muitos pesquisadores afirmam compartilhar noções e operações da história dos intelectuais, gênero francês que é um ramo da chamada “nova história política”. Como se sabe, a historiografia francesa elege como momento de surgimento da categoria “intelectuais” o affaire Dreyfus, em que escritores, professores universitário e artistas franceses, entre os quais se destaca Émile Zola, mobilizaram-se pela revisão do processo que condenou por espionagem Alfred Dreyfus, capitão judeu do exército francês. Em 1894, abre-se o caso, com a prisão de Dreyfus; três anos depois, levanta-se a suspeita de que teria havido um erro judiciário. A polêmica então se instaura, dividindo políticos, militares, jornalistas, escritores e artistas em torno de questões como o anti-semitismo, o nacionalismo francês e a legitimidade do Estado Maior das Forças Armadas.

Justamente para indicar que os profissionais da escrita, da ciência e das artes não deveriam se imiscuir em assuntos dessa natureza, os defensores da condenação de Dreyfus passaram a endereçar seus ataques ideológicos pela imprensa aos “intelectuais”. A palavra surge como substantivo de caráter pejorativo, utilizado para designar os que estavam a favor de Dreyfus, mas marca a aparição de um grupo distinto, que se afirma como parte discernível do corpo político e que toma partido de uma causa que extravasa suas atribuições profissionais e inclinações estéticas. Segundo Charle (2003, p. 142), foi nesta ocasião que “os intelectuais reivindicaram um poder simbólico e uma identidade coletiva sancionados pela aparição de um novo termo”: *intelectual*.

---

\* Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Doutor em Educação. Agência Financiadora: CNPq.

† Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Em 1898, os “intelectuais” subscrevem petições em favor da reabertura do processo. O ápice do *affaire* veio com a publicação, no diário *L’Aurore*, em janeiro daquele ano, do artigo “J’accuse”, escrito por Émile Zola. Na ocasião, o escritor questionava “o Estado Maior, o Ministro da Guerra, o Conselho de Guerra, os especialistas em caligrafia, em suma, todos os que concorreram para a condenação de Dreyfus” (WINOCK, 2000 p.31). A manifestação de Zola, romancista afamado, repercutiu além das fronteiras francesas e dividiu a opinião pública. Zola foi então perseguido, o que o levou a ter de deixar a França. O processo foi reaberto em 1899, e é da repercussão desse fato na imprensa mineira de que tratamos nesta comunicação, por meio da análise de artigos sobre o *affaire* publicados no jornal *Diário de Minas*, de Belo Horizonte. A intenção é investigar como os homens de imprensa, comumente designados intelectuais, perceberam os acontecimentos que envolveram o processo de Dreyfus, sobretudo as manifestações lideradas por Zola. Trata-se de uma questão importante para a historiografia brasileira verificar o alcance e os limites do uso dessa acepção para a definição e o tratamento dos sujeitos de pensamento e ação na vida pública no Brasil, considerando não só as peculiaridades locais que desafiam o uso do termo em sentido universal, mas o emprego em momentos históricos que antecedem a 1899, ano de “nascimento” dos intelectuais franceses.

O *Diário de Minas* apareceu em Belo Horizonte, em 15 de janeiro de 1899, por iniciativa de Francisco Mendes Pimentel, que retomava a atividade jornalística como profissão, após romper com o Partido Republicano Mineiro e renunciar à cadeira de deputado federal. Ciente da força e importância social dos impressos, Mendes Pimentel se lança nessa empreitada jornalística que, para ele, representava a possibilidade de intervenção e acesso à esfera do poder, a participação em contendas políticas, por meio da expressão pública de suas críticas aos acontecimentos que envolviam o governo, principalmente no âmbito estadual. Não é por acaso que na apresentação do *Diário de Minas*, Mendes Pimentel o define como um órgão eminentemente político, mesmo sem ter ligação com nenhum grupo partidário, na medida em que atuaria “no exercício do direito e no cumprimento do dever de criticar a gestão da coisa pública”, fazendo “chegar à apreciação pública os atos governamentais”. Essa ação fundamenta-se na ideia de que o novo instrumento jornalístico não “descurará da sua missão social, política e educativa”, o que evidencia, além das expectativas lançadas na nova folha, a

crença nas possibilidades de intervenção social por meio dos impressos. Nessa direção, explicita-se uma relação entre imprensa e sociedade, na qual aquela espelharia o “horizonte que a vê nascer”, enquanto esta experimentaria “os sulcos cavados pela propaganda jornalística” (PIMENTEL, 1899. *In*: PIMENTEL, 1949, p. 49-50).

O periódico destacou-se entre os contemporâneos mineiros como “a folha mais completa e representativa” do período, colaborando para a difusão de uma imagem de intransigência, mas também de competência jornalística vinculada ao seu diretor, Mendes Pimentel (CASTRO, 1997, p.22). Embora sendo um diário modesto e sem novidades gráficas, sua parte editorial “representa um verdadeiro avanço para a imprensa belo-horizontina”, por contar com uma grande variedade de seções, nas quais predominavam a temática política e a publicação literária (SIQUEIRA, 1997, p.85) ‡. Além disso, contava com colaboradores já experimentados nas lides da imprensa, como Azevedo Júnior (1865-1909), sobretudo na produção de críticas políticas e sociais, e Arthur Lobo, na parte literária.

No Brasil, a imprensa periódica desempenhou um papel crucial desde o século XIX, de início, não tanto como divulgadora de notícias, mas, principalmente, no que tange à luta política, à formação de “atmosferas ideológicas”, à conformação de identidades político-ideológicas (ver, por exemplo, LUSTOSA, 2000; MOREL, 2005), à composição de “opinião pública”, ou seja, na *organização* da formação social do Brasil contemporâneo, e não apenas no registro de seus eventos. Por volta dos anos de 1880, começaram a surgir os jornais de grande porte, mais densamente noticiosos e organizados como empresas capitalistas, e desaparecer paulatinamente os pequenos jornais comunitários e artesanais. Esse movimento fez com que se acentuasse a separação entre produtores e consumidores de informação, ao permitir que agrupamentos minoritários garantissem o poder cada vez mais exclusivo de veiculação de notícias e opiniões a toda uma população letrada (BAHIA, 1990; SODRÉ, 1966). À medida que a imprensa assume o caráter informativo e imparcial, rejeitando (ao menos

---

‡ As dimensões do *Diário* são 57,5 x 42 cm. (LINHARES, 1995, p. 63)

publicamente) seus vínculos político-partidários e adotando os paradigmas da vigilância ao poder e da isenção, ela se interpõe ao poder político e a massa, oferecendo a um e outro a “verdade dos fatos”, simulacro sobre os quais opiniões e posicionamentos que assume apresentam-se sustentados na verdade que veicula e na “opinião pública” que supostamente representa. O *Diário de Minas*, desde o seu primeiro número, apresenta-se como um periódico independente, adotando o discurso de que analisa os fatos de modo imparcial, sem sectarismos políticos e em favor do povo, mesmo que em alguns textos fique evidente a tendência de suas posições com relação ao governo do estado.

No ano de 1899, quando o processo é reaberto, e há a expectativa de um novo julgamento de Dreyfus, uma série de artigos são publicados no *Diário de Minas* a respeito do assunto. Nesses escritos, destacam-se o impacto do *affaire* sobre o modo como a França era vista, a crítica ao exército e o elogio aos “intelectuais”, ou seja, expressa-se um posicionamento pró-dreyfus. Dois dos artigos são assinados por Azevedo Júnior, sob pseudônimo conhecido, e os demais, apócrifos, mas com o estilo e tom em que se identifica o mesmo autor. Os artigos foram publicados em junho, agosto e setembro de 1899 e correspondem, respectivamente, à concessão ao pedido de revisão do caso, à reabertura do processo e à conclusão desse processo, em que Dreyfus é novamente condenado.

Para o *Diário de Minas*, a condenação de Dreyfus significava a negação do passado da França, de “nação cavalheiresca”, e sua fama de ser a “terra das grandes conquistas da liberdade de pensamento”, rebaixando-se a um “papel degradante de cúmplice da tirania” (18/08/1899). No mesmo artigo, afirma: “A França, que foi sempre a terra das grandes conquistas da liberdade de pensamento, amesquinha todo o seu passado nesses lances de intolerância, que prega a morte dos judeus” (18/08/1899). A questão, que para o escritor seria uma “selvageria”, compunha um trágico contraste com o encanto universal por “Paris, a cidade que alucina o viajante pelo fausto, pela magia” (“Pif” [Azevedo Jr], 03/06/1899). Comparava-se a sentença de condenação de Dreyfus à de um tribunal de Inquisição, no momento em que a “França de [Victor] Hugo”, “fanatizada pelo espírito de seita”, injuriava aquele cidadão. São explícitas, tanto a decepção com a França, quanto a ideia de a condenação ser uma medida retrógrada, aparentada com as do Santo Ofício, mormente por ter sido movida contra um judeu

("Pif" [Azevedo Jr], 03/06/1899). O jornal manifesta, quanto a isto, uma tolerância à altura da modernidade americana: "Traidor! Como se nós não acotovelássemos a cada passo com tantos discípulos aperfeiçoados de Judas!..." (18/08/1899).

Bem mais do que a queda da França, o caso expressaria o mal finissecular, pois "o século crepuscula; e a nossa raça raquílica física e moralmente parece também chegar ao fim". Por uma suprema ironia, aponta, "o século expirante tem o título de "século das luzes"! O caso indiciaria, para o jornal, além da "degenerescência de um povo", o "grau de decadência" a que "vai chegando a pobre raça latina": "decaímos; e basta se olhar para qualquer canto do mundo onde haja latinos para se constatar a frouxidão de energias, o abatimento do caráter, a miséria de dignidade" (18/08/1899). Não prescinde, o quadro de horror, do recurso a figuras da selvageria que expressam o grau de retrocesso atingido nesses tempos: "A França semelha uma nação de delirantes, e os gritos de 'vive l'armée', 'bas les juifs' têm uma percussão fúnebre, causando a impressão de um aldeamento de caraíbas num festim de antropofagia." (18/08/1899). A civilização e o avanço mudam de endereço, abandonando a França e o mundo latino que seguia a seu reboque e inspiração: "enquanto isso, os anglo-saxônios conquistam a ferro e fogo, ampliam as suas fronteiras, assenhoreiam-se do universo [...]" (18/08/1899).

Contra o exército, afirma-se: "o anti-dreyfusismo que é senão a patriotada, cujos arrebatamentos também nós sabemos quais sejam? O 'vive l'armée!' que é, senão o engrossamento à força bruta, a baioneta que mata, que hoje, faz continência ao trono e amanhã ao ditador?" (18/08/1899). Nota-se, na ressaca da República da Espada, no Brasil, a crítica de um civil republicano ao intervencionismo militar, que pode estar a serviço, tanto da monarquia, como da ditadura republicana. Com efeito, é ideia recorrente no jornal, por esta época, que o regime político necessitava de uma depuração, a fim de que se garantisse a soberania do povo, a salvo da supressão das liberdades civis por grupos instalados no poder.

Adjetivam-se os defensores de Dreyfus de "generosos", "nobres", "dedicados". A "plebe", o "populacho" é que, instigado pelos "jornalistas que endeusavam o exercito", encontrava-se "entregue à fúria de suas paixões" ("Pif" [Azevedo Jr], 03/06/1899). Também no trecho "a altivez de Zola exclamando quão sagrado era o direito da causa,

que ele defendia, é abafada pelas vaias do populacho, excitado pelo jornalismo sem outro intuito que não o de lisonjear os criminosos e insultar o inocente." (18/08/1899), o populacho é um termo depreciativo, não significando "plebe", propriamente um agrupamento massivo de indivíduos, mas um conjunto irracional, manipulável de pessoas, associadas ao proselitismo da causa oposta à supostamente sensata. Nota-se aqui o traço antipopular do articulista, mesmo porque, denunciando a irracionalidade das massas, tem simpatia pela multidão favorável ao condenado, pois "não houve recanto do mundo, onde não se acompanhasse a questão Dreyfus; a simpatia de milhares de almas, o pulsar de tantos corações seguiram o desenrolar desse processo" ("Pif" [Azevedo Jr], 03/06/1899). Esses, entretanto, não são populacho ou plebeus, não são irracionais e nem foram manipulados.

Sobre Dreyfus, "que pode ser apontado como um dos mártires deste fim de século" (22/09/1899), o jornal declara total apoio e compaixão, afirmando também que "fora das fronteiras da sua pátria, o seu nome não é de um traidor, e sim de um inditoso que desperta as mais dolorosas lágrimas" (12/09/1899). O argumento ofensivo a Dreyfus é apresentado como "chauvinismo exagerado" e, em comentário crítico à venalidade do jornalista, que desvela a ação manipuladora da imprensa, como "retórica patrioteira, escrita insinceramente, para armar ao efeito e favorecer ao jornalista meio de ir ele, muito lampeiramente, jantar, no melhor restaurante, regaladamente e acabar a noite na pandega" (12/09/1899).

O *Diário de Minas* identifica os interesses condenáveis por trás do ataque a Dreyfus: "os interessados em dissimular a verdade estabeleceram em roda dela uma inexpugnável corrente de falsa opinião que se radicou em a consciência francesa com tanto mais vigor quanto nela se agitavam seculares preconceitos de raça e de credo religioso" (11/06/1899). "A plebe amotinada quis lapidá-lo e só faltou que esse monstruoso atentado se realizasse, para ficar bem caracterizado o desvairamento do povo de Paris, instigado por uma imprensa venal que explorava as suas más paixões, os maus instintos e prejuízos de toda a natureza." (11/06/1899).

Fica expressa, nestas críticas, que o autor entende que o jornalista é capaz de facilmente manipular a opinião do povo, porém, quando chama aos outros de "populacho", encobre

sua própria atuação como agente da manipulação. Na questão dos intelectuais na França do final do XIX, do mesmo modo, aqueles que todavia têm profissões semelhantes às dos “intelectuais” são os que lhes negam o direito de opinar sobre o caso.

Zola é apresentado no *Diário de Minas* como herói. Homem "ativo" (18/08/1899), "emissário da Verdade", "representante imáculo da Justiça social" ("Pif" [Azevedo Jr], 03/06/1899), "figura atlética", "genial homem de letras" (22/09/1899), defensor de uma causa "sagrada" (18/08/1899). Ao final do "martírio que foi este 'affaire Dreyfus', em que as dedicações foram tão grandes, tão imensas, que pasmam", tem-se afinal a dimensão realista "do valor de Zola, arrostando uma jornada perigosa, vendo que o seu mérito era obscurecido". Para o jornal, com a mesma a energia com que dissera “Eu acuso!”, Zola poderia dizer, triunfante, “Eu venci!”. ("Pif" [Azevedo Jr], 03/06/1899). Em sua defesa admirável, não teria havido cálculo ou interesse particular, mas o serviço generoso da justiça e da verdade, comparável a mártires como Jesus e Tiradentes -- este último, recém-resgatado ao panteão nacional republicano:

*Para tomar a defesa de Dreyfus num momento Zola somente poderia obedecer a um impulso generosíssimo do se grande coração, arrastado por uma dessas convicções indomáveis que se apoderam de um homem, que o dominam e o arrastam aos maiores perigos e às situações mais terríveis, como aquelas que levaram Jesus ao Golgotha e Tiradentes ao patíbulo (11.06.1899).*

Em 11 de junho de 1899, o jornal dedicou todo um artigo ao elogio do escritor francês:

*Não fora Zola o autor da *Obra* e do *Germinal*; não fora ele o investigador infatigável da história natural e social de uma família do segundo império; não tivera ele saído da obscuridade da livraria Hachette para a maior nomeada adquirida a custo e esforço, de vigílias e de trabalhos – e ainda assim o seu nome se imporia hoje ao acatamento, à admiração e à estima de todo o mundo civilizado. Porque todo mundo sabia que o autor de *Mes haines* era um homem de talento, mas este emocionante *affaire Dreyfus* veio demonstrar que ele é também um homem de coração. Para mim este caso tem um lado particularmente interessante, porque o papel aqui de um escritor subitamente se transforma no de apóstolo e de mártir, não por amor de uma causa de ordem literária, mas por amor a verdade, por uma causa tão augusta e tão sagrada como a da liberdade humana. (11/06/1899).*

Neste trecho, o articulista aponta o que faz do caso um evento dos mais interessantes: um profissional da escrita abstrai das causas imediatas de seu fazer, da "ordem literária", para desempenhar os papéis de apóstolo e mártir, defendendo causas universais, a verdade e a liberdade. Eis aqui, sem que se diga o nome, o intelectual moderno, na clarividência do analista contemporâneo de ultramar. Muitos anos mais tarde, Sartre, um ícone de sua geração, afirmaria: "o intelectual é alguém que se mete no que não é de sua conta e que pretende contestar o conjunto das verdades recebidas, e das condutas que nelas se inspiram" (Sartre, 1994, apud, BOTO, 2009, p. 166).

O articulista apresenta, em alguns de seus traços principais, a concepção popular da existência dos poetas", para que teria concorrido grandemente "o pieguismo da escola romântica". Para ele, havia quem ainda visse nos homens de letras ou artistas "qualquer coisa de sobrenatural que escapa de alguma sorte às contingências da vida humana", ou mesmo, os que, ao ouvirem a palavra "poeta", logo evocam "a figura dolorida de um mancebo pálido e fatal, de olhos elegíacos e cabeleira romântica, dormindo sobre uma enxerga numa trapeira despida de móveis ou confabulando com os plenilúnios, a fronte cheia de inspiração e o estômago vazio do bolo alimentar [...]". Tidos como "excelente sujeitos", porém, acreditar-se-ia que "eles não podem exercer funções normais, por distraídos, filósofos, a cabeça sempre galopando nas asas da fantasia [...]". Resumidamente, os poetas teriam, na representação popular, "uma existência à parte, uma vida diferente da dos outros homens" (11/06/1899).

O articulista pondera que, apesar de errônea, esta concepção "tem uma razão de ser", justamente porque, dentre os homens comuns o artista tem como traço peculiar a sensibilidade aguçada, com a qual vibra diante de uma obra de arte: "ninguém, a não ser um artista, poderá conceber, por exemplo, a extensão de sua emotividade no gozo indivisível que lhe dá uma emoção estética." Possuindo essa marca, o artista tem como contrapeso o pagamento de "um doloroso tributo à natureza que os não tornou perfeitos para todas as coisas; a sua vida sentimental sofre anomalias profundas, está mesmo sujeita à aberrações dolorosas" (11/06/1899). Segue o artigo, afirmando que

*Todos os artistas são observadores mais ou menos sagazes, da natureza e do mundo subjetivo, pouco importa; a preocupação da análise, o emprego de um constante processo de investigação torna-os complexos, penetrantes,*

*incômodos, não obstante eles serem muitas vezes inconscientes nesses processos; daí resultam os caracteres bizarros, os hábitos singulares, humores mórbidos e temperamentos doentio. Deixam, portanto, de ser o homem normal, o homem psicológico; deixam também de ser uma besta é certo; mas correndo o risco de tornar-se um maníaco, um doente, um lunático. [...] Vem daí a raça dos “detraquês”, dos desequilibrados, dos misantropos, dos caracteres sombrios e sofredores. (11/06/1899).*

Zola, defende o articulista, é um desses poetas, um desses "telhudos" e "maníacos". Tendo atravessado "a consciência da França iluminando-a com o estridente esplendor de um raio", produziu "uma formidável tempestade na opinião popular". Na questão Dreyfus, ergueu-se como um vulto gigantesco forjado em bronze, para mostrar "ao mundo o espetáculo de belo caráter e de um generosíssimo coração" (11/06/1899).

### Considerações Finais

Para o Diário de Minas, o pronunciamento do escritor francês em defesa de Alfred teria aumentado a repercussão do *affaire*, levando à revisão de seu processo. A voz de Zola teria atravessado a França e dividido a opinião pública, demonstrando o papel fundamental da imprensa na questão. Entendia sua atitude como um ato de generosidade, indicativo de que um escritor pode tomar partido e tornar-se “apóstolo” de uma causa que não fosse de ordem literária, como seria o caso de um julgamento por crime político. Além disso, afirmava que em geral aos homens de letras ou artistas seriam vistos erroneamente como possuidores de uma dimensão sobrenatural, que escaparia às contingências da vida humana. A diferença entre esses homens e os demais não estaria em aspectos de sua vida animal, mas no âmbito intelectual e sentimental, o que os tornaria observadores sagazes da natureza e do mundo subjetivo.

No *Diário de Minas*, não se usa o termo “intelectuais”, com o qual os homens de letras e artes passaram a ser denominados na França após o manifesto de Zola, tampouco o articulista se compreende como fazendo parte dessa mesma categoria. O escritor, o poeta, tal como Zola é descrito, é o paradigma do *dreyfusard*, por seu *métier* e pelos traços de personalidade. Embora mantendo a *allure* peculiar e incomum do artista, Zola não é descrito como um romântico, mas, como diz o artigo, um "investigador infatigável da história natural e social de uma família do segundo império", um realista hipersensível à injustiça e à dor alheia. O professor-político-jornalista brasileiro, que

empunha a pena no *Diário*, o vê com muita simpatia, mas não o trata como "nós". Os jornalistas, grupo a que poderia ter-se identificado, são apresentados como vilões manipuladores, movidos por sentimentos baixos como o preconceito, o chauvinismo e o espírito de seita.

#### Referências bibliográficas

- BAHIA, Juarez. (1990). *Jornal, história e técnica*. 4ª edição. São Paulo: Ática.
- CASTRO, Maria C. P. Spinola. *et al. Folhas do tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte - 1895-1926*. Belo Horizonte: Editora UFMG/AMI/PBH, 1997. 238 p.
- CHARLE, Christophe. Nascimento dos intelectuais contemporâneos. Trad. Maria Helena C. Bastos. **História da Educação**, ASPEHE/FaE/UFPel. Pelotas, n.14, p.141-156, Setembro, 2003.
- LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da imprensa de Belo Horizonte 1895-1954*. Belo Horizonte: 1995. 587p.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na sociedade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- PIMENTEL. Apresentação do Diário de Minas. In: PIMENTEL, Francisco Mendes, *Jornalista e político, professor, jurista*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1949. p. 49-50.
- SIQUEIRA, Juliana Maria de. Além das palavras, além das formas. In: CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola *et al. Folhas do tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte 1895-1926*. Belo Horizonte: UFMG. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997. p. 71-106.
- SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

#### Jornal

DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, n.128, 03 jun. 1899.

DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, n.135, 11 jun. 1899.

DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, n. 193, 18 ago. 1899.

DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, n.214, 12 set. 1899.

DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, n. 223, 22 set. 1899.